

Associação Nacional de História – ANPUH

XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

Construir a cidade, erguer a escola, fazer a nação: modernidade e nacionalismo no coração do Brasil

Rubia-Mar Nunes Pinto*

RESUMO: O texto aborda a história da escola primária em Goiânia, capital de Goiás, nos anos 1930/1940 a partir do jogo de escalas, o qual pode permitir reconhecer as singularidades da escola e da cidade em uma região que foi, durante algum tempo do século XX, não reconhecida como parte do ideal nacional.

PALAVRAS-CHAVE: ESCOLA – CIDADE – REGIÃO

ABSTRACT: The text to board the primary school history in Goiânia, capital of Goiás, in 1930/1940, standing from of scale play, which can permit to recognize the singular of school and the city of the one region the that to go, during for a while of siècle XX, no recognize as part national ideal.

KAY-GARDIES: SCHOOL – CITY - REGION

São diversos os modos de contar a história da educação no Brasil no século XX como também são incontáveis os vínculos que esta história, ao ser contada, estabelece com a sociedade brasileira, revelando muito dos modos de sentir, agir e pensar que, durante este momento, sustentaram a ambas, educação e sociedade. Contar, pois, a história da educação escolar neste período revela muito do processo constitutivo da nação e da nacionalidade brasileiras na medida em que neste projeto a escolarização da sociedade apareceu, ao mesmo tempo, como exigência, como estratégia e como símbolo.

Contar esta história implica em igualmente compreender como a escola foi se enraizando em diferentes experiências históricas de sociedades existentes nas também variadas espacialidades nas quais a escolarização foi se expandindo e a nação se fazendo pelos amplos espaços geográficos de um país, desde cedo, pensado como cisão. Entre centro e periferia, entre campo e cidade, entre o urbano e o rural, entre litoral somente aos poucos o território foi se fazendo nação, a população se constituindo povo. A identidade nacional não se construiu, pois, de um só golpe, em um passe de mágica como às vezes fazem parecer as leituras da história que partem da idéia que a nação prescinde a região. Ou em outros termos,

* Professora da Faculdade de Educação Física-Universidade Federal de Goiás/Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação-Universidade Federal Fluminense/Bolsista PICDT-CAPES

leituras da história nas quais o regional ocupa o espaço do nacional como se a região fosse a nação.

O *tempo saquarema* inaugurou, conforme Mattos (2004) um desenho de poder que redefiniu um espaço de poder no qual as demais regiões brasileiras ficaram subordinadas a um único centro político, formado pelos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais. Desde então e, particularmente nas primeiras décadas da República, os discursos que falam sobre o Brasil e sobre o ser brasileiro remetem, quase sempre, a esta parte do país. A constituição da nação deu-se à partir da hegemonia de uma região que se fez centro e que, foi pensada como Brasil, deixando sub-sumidas as particularidades, tensões e contradições desse processo nos recantos do país que não foram caracterizados como pertencentes a este centro. Inseridos na lógica dualística que subsidiou a interpretação do Brasil, tais recantos foram generalizados na simbologia do sertão e, por boa parte do século XX, não reconhecidos como nação. Lugar do nada, metáfora da ausência, território da barbárie, o sertão e o povo que o habitava aparecia tal qual uma ameaça a qual era preciso fazer desaparecer para que o país se constituísse nação.

A partir desta perspectiva, vale a pena um questionamento acerca do amálgama nação-região e seus possíveis impactos no campo educacional: afinal, como a escola foi se afirmando, nestas sociedades, enquanto instituição vinculada às ideologias e premissas emanadas do centro e, ao mesmo tempo, enquanto instituição inserida em regiões opacas e distantes dos fluxos econômicas, culturais e políticos deste mesmo centro. Consideradas as premissas emanadas do centro nas quais a escolarização da sociedade brasileira é momento decisivo na constituição da nação; pensadas as representações e imagens projetadas do sertão como antítese da civilização e do progresso bem como as relações desiguais entre as diversas sociedades regionais no Brasil, penso ser fundamental compreender o processo de afirmação da escola nestas sociedades e as formas através das quais suas instituições escolares se posicionaram frente ao desafio de contribuir para que sociedades tão afastadas do litoral se reconhecessem e fossem reconhecidas como nação.

Neste sentido, proponho compreender a história da educação primária na cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás, no período 1930/1945, momento em que o estado de Goiás vivenciou um amplo processo de transformações no qual a construção e inauguração de uma nova cidade-capital que trazia a promessa da civilização e do progresso para o sertão dos *guayases* se constituiu em momento singular. Além disso, o surgimento de Goiânia tem relação estreita com um projeto de integração nacional que foi objeto de políticas amplas propostas e coordenadas pelo governo Vargas: o desafio era o de abraçar o centro-oeste

brasileiro como plataforma dirigida à Amazônia, mas não menos importante, promover a ocupação produtivas das promissoras terras de Goiás e Mato Grosso. De certa forma, entre os anos 1900 e 1930, os contextos nacional e internacional impunham uma solução à Oeste.

Desta ótica, a nova cidade-capital de Goiás participou na década de 1930 de um projeto de integração territorial, econômica e cultural da nação no qual a conquista dos sertões goianos aparecia, além de incremento da produtividade agro-pastoril-mineradora do estado de Goiás, como plataforma de ocupação do Mato Grosso e da Amazônia bem como para a transformação dos valores, práticas e idéias das populações que habitavam estas regiões. Era a modernidade que se instalava no sertão. Mais, um passo decisivo para a unidade nacional, projeto caro ao Estado Novo. Para Robert M. Levine (2001), entretanto, as medidas e políticas sociais varguistas tiveram um impacto insignificante nas vidas dos brasileiros que não viviam nas grandes cidades do litoral, notadamente, Rio de Janeiro e São Paulo.

O mundo sertanejo permaneceu, na prática, quase abandonado pelo Estado Nacional. O que de fato ocorreu é que a situação de cada unidade federativa no período dependia, quase que exclusivamente, das motivações e do estilo pessoal do interventor nomeado por Getúlio Vargas. Em muitos estados, quase nada havia mudado. Mas se, conforme Levine (2001: 183), o grande legado deste período não foi, ao contrário do que se imagina, “[...] de leis e decretos, mas de indivíduos”, é preciso admitir que o espírito nacionalista e modernizante destilado por Vargas produziu significativos impactos nos indivíduos que habitavam o interior brasileiro naquele tempo.

O caso de Goiás é, neste sentido, emblemático deste espírito. Estado pobre e periférico, Goiás era a própria representação do sertão como deserto. Mas, embalado pelo espírito da época, o interventor Pedro Ludovico Teixeira cercou-se de intelectuais e, juntos, projetaram e construíram, com poucos recursos e com parco e rarefeito apoio federal, uma nova cidade-capital para o estado. Conscientes de seu lugar marginal, por meio de Goiânia planejaram e trabalharam para a inserção de Goiás no espectro da nação, lugar onde esperavam que a região dos *goyases* seria reconhecida e respeitada como parte fundamental para o futuro do Brasil. Construir a Cidade e erguer a escola apareceram, também para esta geração de goianos, como faces da mesma moeda, a da construção da nação e no interior desta, de uma posição de proeminência ou mesmo de mando para Goiás no rol das unidades federativas. Neste projeto de construção da nação e de busca de unidade nacional da qual se viam como participantes privilegiados – afinal, habitavam o coração geográfico da Pátria –, os goianos relacionaram urbanização e escolarização.

Temática razoavelmente desenvolvida pela pesquisa em história da educação, as

relações entre o urbano e o escolar no Brasil parecem ter sido mediatizadas, como em Goiânia, pelos esforços em direção à construção da nação (FARIA FILHO, 2000; SOUZA, 1998). Ocorre que tais estudos tem alertado para a necessidade de considerar a relação escola-cidade a partir da noção que para cidades diferentes também as escolas se fazem diferentes (NUNES, 1995). É que, embora inseridas no mesmo processo de transformação nacional e guiados pelas mesmas idéias-mestras (nacionalismo, modernidade), portanto, compartilhando um estoque comum de tradições interpretativas e expectativas de futuro, as cidades brasileiras são também produzidas no interior da vida regional e, por isso, mantêm estreitos vínculos com a história, com a cultura, com a geografia e com a economia das regiões onde surgem.

Clarice Nunes (1995: 01) afirma que ao ignorarmos a impregnação da cultura urbana no espaço escolar podemos produzir explicações nas quais o espelhamento de um modelo de cidade sobre outras cidades acaba acarretando o “[...] estreitamento de nossa compreensão sobre o movimento contraditório de gestação do moderno, a homogeneização violenta dos espaços sociais e culturais e o esmagamento de tempos e experiências histórias diferentes num país tão plural”. É importante, portanto, considerar que as relações entre o urbano e o escolar no Brasil são matizadas pelo fenômeno da integração de diferentes regiões ao espectro da nação em um complexo processo no qual um projeto modernizador ‘encharcado’ por um nacionalismo exacerbado e por necessidades e exigências econômicas inspirou a ocupação geográfica e cultural do interior do Brasil.

Compreender esse processo de integração em sua complexidade implica em levar em conta a questão regional ou, expressando melhor, não basta inseri-lo no contexto da nação entendendo que seu principal propositor e executor foi o Estado Nacional, o qual foi sustentado pela intelectualidade brasileira. É essencial que realizemos uma mudança de enfoque. Mais precisamente, uma redução da escala de observação, como proposto pela micro-história ou um jogo de escalas como quer Jacques Revel, que permita uma inversão de análise que nos afaste das definições globais, das sínteses globalizadoras ou de simplificações históricas que têm-se revelado incapazes de compreender a complexidade desta realidade (SPADA LIMA, 2006).

Os estudos históricos ajudam a demonstrar que a par das políticas de interiorização levadas a efeito pelos poderes federais e alimentadas por uma intelectualidade nacional, as diversas unidades federativas se empenharam sistematicamente para integrar-se à nação e contribuir para o engrandecimento da Pátria. São bastante conhecidos os esforços, em diferentes momentos históricos, de paulistas, cariocas, mineiros e gaúchos na construção material e simbólica das regiões onde vivem em processos ao final dos quais, a reboque da

definição das fronteiras territoriais, definiu-se também a vocação econômica e cultural de cada região, a identidade de seu povo e, não menos, importante, seu lugar entre as unidades federativas.

Também no campo de história da educação, o processo de escolarização das partes do território nacional consideradas como pertencentes ao ideal da nação também tem sido intensamente tematizado, em especial, nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Estes estudos, principalmente aqueles que se referem à história da educação no estado de São Paulo, permitem que possamos identificar, nas ações, discursos e políticas em torno da necessidade de escolarizar a população, também expectativas e projeções relacionadas a conquista da identidade e da ‘vocação’ regional. Não por acaso, são regiões, desde cedo, pensadas como parte – e a parte mais importante – da nação e talvez por isso, *o processo de sua constituição seja, conforme a escala de análise, compreendido como a da constituição do País.*

Permanece pelo menos parcialmente desconhecido, contudo, o impacto de certas correntes de pensamento nas regiões brasileiras vistas como incompletude e ausência e os esforços daí derivados para inserir-se na nação buscando, entre os estados federados, um lugar de destaque. Por isso, a alternância na escala de implica em uma re colocação dos questionamentos rumo à compreensão sobre como as ideologias do progresso, da civilização e da modernidade impactaram no nível do regional e desencadearam, por parte principalmente das suas elites, um projeto político e cultural capaz de inserir a região na nação e de garantir-lhe um lugar de relevância. Neste sentido, a micro-história apresenta-se como perspectiva que pode iluminar objetos periféricos como as culturas e sujeitos regionais, o urbano no rural e o rural no urbano, e no campo da história da educação contribuir para que compreendamos uma dialética da colonização no processo de escolarização, fazendo esvanecer certas imagens associadas ao colonizado como passividade, cópia, imitação, entre outras, que ainda são dominantes no imaginário social.

Ao fixarmos os olhos no regional, estabelecendo suas relações e vinculações com o nacional, espero compreender como *os locais* se posicionaram frente as políticas nacionais e as investidas do mundo capitalista ressaltando como aderiram ou resistiram ao projeto de transformação de seu mundo. Afinal, como os discursos, ações e movimentos intelectuais e políticos oriundos das áreas consideradas civilizadas (o litoral, o centro) e amalgamadas na ação do Estado foram apropriados pelos 'locais'? Como ensejaram ações e justificaram iniciativas no campo da escolarização? Tais questões se apresentam na medida em que interessa-me historiar a escola primaria em Goiania no período 1937/1945 privilegiando as

relações entre a cidade e a escola. Dessa ótica – em que se olha para a escola em sua inserção no urbano e, inversamente, se olha a cidade a partir da escola – penso em um *espaço de possíveis* adentrar no lastro cultural em que se forjou a Modernidade da nova capital de Goiás e, assim, compreender o papel da escola primária neste processo.

Goiânia é, penso, emblemática no projeto integrador do sertão oeste do Brasil e do papel que, neste projeto, tiveram os *locais*. Cidade-capital planejada e construída na década de trinta e inaugurada em plena vigência do estado Novo, Goiânia representou um marco na interiorização do País e um importante momento para a integração cultural, econômica e geográfica do Brasil. Seu aparecimento na cena nacional, entretanto, deve ser visto muito mais como resultado do esforço e do empenho dos goianos em direção ao pertencimento de Goiás à nacionalidade e à sua entrada na modernidade do que como resultado de políticas do Estado Nacional. O que torna Goiânia singular, ou melhor, o que torna singular o processo de sua constituição enquanto cidade-capital, principalmente, no período 1933-1945 e mais precisamente, o que essa singularidade acarretou ao processo de escolarização da infância goianiense neste período, notadamente nos grupos escolares, é a questão pontual.

Temos, assim, o lugar e o tempo: Goiânia, Goiás, entre 1937 e 1945. A experiência na história: o sertão de Goiás, no coração geográfico do Brasil, se constituindo ironicamente na periferia da nação. Um objeto: a escola primária de Goiânia, mais especificamente, seus grupos escolares. Qual o seu papel na civilização do sertão? Como participaram da construção de identidades afirmativas para o goiano? Como se inseriram na cena citadina da jovem capital de Goiás? Qual a singularidade da cultura escolar que produziram os grupos escolares de Goiânia em um contexto de luta por afirmação de identidade afirmativa para Goiás e para os goianos?

O desafio é, pois, escrever a história da educação em Goiânia no momento de seu surgimento como cidade-capital de um estado pobre e periférico e que tentava forjar para si mesmo uma identidade afirmativa que o tornasse reconhecido e respeitado entre as unidades federativas da República. Goiás tentava ser nação. Para tanto, a urbanização e a escolarização se apresentaram, como no resto do país, como ícones da modernidade e, para os goianos, como estratégias de sua inclusão e integração à nacionalidade. A partir do interesse explicitado anteriormente impõe-se um mergulho na história da Capital de Goiás que, contemplando a relação entre o simbólico e o político, possa problematizar a construção dos *sentidos* da Cidade. A idéia é compreender a história de Goiânia através da história dos *sentidos* da cidade até mesmo porque, antes mesmo de sua existência material, a nova Capital goiana foi construída na imaginação de muitos homens que habitaram Goiás e, portanto,

erigida como simbologia de superação e de ruptura em relação própria história goiana e, particularmente, de rejeição à negatividade que a imaginação sociológica brasileira conferiu aos sertões dos *goyases*.

Assim, considero ser potencialmente instigante compreender seu processo de significação como cidade moderna e símbolo da integração nacional para nele encontrar o lugar ocupado pelas escolas primárias como instituições que, tanto por seu enraizamento na cena urbana goianiense da época quanto pelo papel civilizador atribuído à escolarização no cenário sociocultural brasileiro nas décadas iniciais do século XX, participaram da trama de sentidos que significou Goiânia. Além disso, uma tal tarefa se impõe, principalmente, porque na condição de cidade-capital planejada, Goiânia é resultado de um trabalho de (re) construção da história da sociedade goiana que de-sistorizou o passado desta sociedade.

Ao buscar os sentidos que circulavam, constituindo Goiânia em sua materialidade significativa, intenciono encontrar o lugar da escola primária nesta dinâmica. O pressuposto contido nesta intenção é o de que os *sentidos* da cidade foram incorporados pelas escolas que, à época, existiam em Goiânia, as quais também dialeticamente constituíram sentidos para a *urbs* goianiense. Particularmente os grupos escolares da Capital, suas professoras e diretoras, as crianças que neles estudavam bem como os prédios escolares e as práticas pedagógicas são presenças constantes em uma cenografia urbana que procurava evidenciar a face progressista da educação em Goiás, assumindo, assim, um papel de relevância na consolidação dos sentidos da cidade.

O que proponho é um adentrar na história da Cidade questionando, entre outras coisas, como ocorreu o processo que significou Goiânia, nos anos 1930 e 1940, como cidade-símbolo da modernidade no sertão e como lugar, por excelência, da integração nacional e da construção da nacionalidade. Importa então questionar quem foram os sujeitos (individuais ou coletivos) que forjaram tal significação, lutando por sua hegemonia entre outros sentidos possíveis para a Cidade, quais foram as idéias, imagens e representações mobilizadas para construir sentidos que vinculavam Goiânia, simultaneamente, ao moderno e ao nacional, quais foram as condições de produção e circulação dos discursos que constituíram tais sentidos. A que desafios respondiam aqueles que formularam discursos sobre a modernidade nacionalista da nova capital de Goiás nas décadas de 1930 e 1940 e que futuro projetavam - para si mesmos, para a nova cidade-capital, para Goiás, para o Brasil, para o mundo – aqueles que participaram dessa construção de *sentidos*.

Referências Bibliográficas

FARIA FILHO, LUCIANO M. *Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e urbana em Belo Horizonte na Primeira República*. Passo Fundo/RS: Ed. da UPF, 2000

LEVINE, ROBERT M. *Pai dos pobres?: o Brasil e a era Vargas*. São Paulo/SP: Cia. das Letras, 2001

SPADA LIMA, HENRIQUE. *A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro/RJ: Civilização Brasileira, 2006

MATTOS, ILMAR R. de. *O tempo saquarema*. São Paulo/SP: Hucitec, 2004, 5a ed.

NUNES, CLARICE. *A escola redescobre a cidade: reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca 1910/1935*. Niterói/RJ: UFF, 1993 (Tese de livre docência).

SOUZA, R.F. de. *Templos de civilização: a implantação da Escola Primária Graduada no Estado de São Paulo (1890-1910)*. São Paulo/SP: Fundação Editora da UNESP, 1998